

**Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFSM (e-ISSN: 2236-1170)**

TRILHA ECOLÓGICA COMO PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Mirele Milani da Silva¹, Tatiane Almeida Netto, Letícia Fátima de Azevedo,
Laura Patrícia Scarton, Clayton Hillig.

1. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, mireleturismo@yahoo.com.br

RESUMO

Palavras-chave: Educação ambiental, Trilha ecológica, Turismo rural.

O turismo rural vem crescendo na sociedade contemporânea onde atrai um público que busca contato direto com a natureza simplicidade do campo, ar puro, belezas naturais, atividades motoras como trilhas ecológicas, esportes radicais e outras formas de promover o lazer e o entretenimento. Além do cunho econômico o turismo rural também compreende outros fatores de cunho social, cultural e ambiental. Este artigo tem como objetivo discutir as práticas ambientais realizadas em trilhas ecológicas, com a adequação ao turismo rural. Neste estudo serão observadas as práticas realizadas na Trilha do Pororó localizada no interior do Município de Pinhal Grande/RS. A adequação turística da trilha do Pororó enquanto forma de aplicação de práticas de educação ambiental desperta a valorização e a preservação ambiental. Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritiva com entrevista direcionada aos proprietários da trilha, revisão bibliográfica, observação direta, pesquisa de campo e levantamento fotográfico. Como resultado identificou-se que através do turismo rural a trilha é um produto turístico ofertado as escolas da região e grupos de visitantes, onde um dos proprietários conduz a trilha e desperta nos visitantes a conscientização ambiental através de práticas de educação ambiental. A utilização da trilha para a finalidade turística gera a preservação e conservação ambiental da mesma. Como conclusão observou-se que o turismo rural vem contribuindo com a sustentabilidade ambiental, pois a trilha do Pororó encontra-se preservada ambientalmente, sendo valorizada pelos proprietários, moradores locais e os visitantes.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 70 (século XX) o meio rural passou por significativas mudanças sociais e econômicas devido à modernização agrícola, período em que surgiram novas técnicas e métodos de plantio e colheita, inovações genéticas e a mecanização agrícola. (GRAZIANO, 1999).

O intenso processo modernizador da agricultura brasileira acarretou impactos ambientais e transformações sociais em magnitudes amplas. Novos rumos devem ser tomados em busca de um desenvolvimento rural equilibrado e sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

O desenvolvimento rural já não pode estar alicerçado apenas sobre atividades agrárias tradicionais, permanentemente submetidas ao risco, à incerteza e a exaustão dos fatores de produção. A diversificação da atividade se impõe. (ALMEIDA, 2001, FROEHLICH, 2001, RIEDL, 2001).

Para Graziano da Silva (1997), já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que o

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)

comportamento do emprego rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e da produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

No espaço rural há uma crescente implantação de atividades não agrícolas. Segundo Silveira (2002) *apud* Rodrigues (2002), a apropriação do espaço rural para satisfazer as necessidades de ócio e lazer da sociedade urbana tem potencializado enormemente as suas aptidões turísticas.

Entre as atividades não agrícolas, há o turismo que se destaca pelo seu crescimento na sociedade contemporânea. Entre as tipologias do turismo há o turismo rural, um fenômeno social e uma atividade não agrícola que agrega valor e complementa a renda das famílias rurais que vivem em locais onde as dinâmicas espaciais sofrem grandes transformações.

Para Ruschmann (1990), o turismo é o maior dos movimentos migratórios da história da humanidade e caracteriza-se por sua taxa de crescimento constante. Através dele, o homem supre necessidades e desejos como os de movimentação, lazer, cultura, bem-estar, entre outros, diferentemente das obrigações impostas pelo trabalho cotidiano.

Segundo Froehlich (2000) e Rodrigues (2000) a atividade turística pode constituir um importante vetor de desenvolvimento, pois interage com o maior número de outros setores da economia, induzindo ao crescimento.

Uma das atividades mais promissoras à pluriatividade é o turismo no espaço rural, que foi implantado, pioneiramente no Brasil, no município de Lages (SC) desde 1986. Esse turismo teve origem na necessidade de se criar um produto turístico para o município como alternativa econômica, bem como proporcionar uma nova fonte de renda ao produtor rural (ZIMMERMANN, 1996). A atividade turística inovadora foi na Fazenda Pedras Branca, que se propôs a acolher visitantes para passar um dia no campo (RODRIGUES, 2001).

O turismo rural se desenvolve tanto em propriedades produtivas, como em propriedades não produtivas, que possuem instalações receptivas com condições ambientais. A paisagem edificada, muitas delas de valor histórico, patrimonial e arquitetônico, compõe, com a paisagem natural, um cenário propício para o turismo rural.

As condições ambientais se referem à organização dos espaços, devem-se tomar determinados cuidados especiais com a infra-estrutura básica das propriedades rurais: criar boas condições de acesso e que essas sejam bem sinalizadas; viabilizar o fornecimento de água potável; cuidar do destino das águas servidas; recolher e destinar bem o lixo; dispor de energia e comunicação. Esses são aspectos importantes para propiciar o mínimo de conforto para o hóspede e que conseqüentemente virão a beneficiar os próprios habitantes do meio rural.

O turismo rural pode oferecer atividades da vida cotidiana do homem do campo, tais como: caminhadas por trilhas, cavalgadas, ordenha das vacas, manejo com os animais, preparo da terra para o plantio, participação na colheita, comercialização do artesanato local, participação nas festividades regionais, folclóricas, de dança, música ou gastronomia, entre outras.

Todas as atividades de lazer, recreação ou descanso, obrigatoriamente localizadas em áreas rurais, são classificadas como turismo no espaço rural. Assim, quando nos referimos ao turismo no meio rural é preciso considerar as modalidades de turismo, a saber: agroturismo, turismo rural, ecoturismo, turismo cultural, turismo de aventura, turismo esportivo, turismo religioso, turismo gastronômico, entre outras.

O turismo rural, de acordo com o documento oficial do Ministério do Turismo define-se como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFSM (e-ISSN: 2236-1170)

produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2011).

O comprometimento com a produção agropecuária busca o vínculo com as coisas da terra, ou seja, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, tal comprometimento pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato e pelo modo de vida típico de cada população rural.

Entretanto, o turismo rural não representa a solução para os problemas do campo, da agricultura, do êxodo rural, mas com certeza pode contribuir com o desenvolvimento das localidades. Ele traz benefícios econômicos para proprietários rurais, complemento da renda, os aspectos sócio-culturais são valorizados pelos visitantes, elevando a auto-estima das comunidades rurais, e, ainda, os aspectos ambientais precisam ser considerados, na preservação dos recursos naturais, com manejo para o uso de tais recursos atrelado ao comprometimento com a sustentabilidade do meio rural.

A atividade turística no espaço rural se destaca como uma alternativa de desenvolvimento local, sendo capaz de motivar os deslocamentos de pessoas através do resgate da cultura local, contato com a natureza, festas típicas, religiosidade, gastronomia, artesanatos, volta às origens e a hospitalidade encontrada nas famílias rurais.

O turismo rural propicia a valorização do ambiente onde é explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. Pode contribuir neste sentido para reorganização espacial e econômica local, uma vez que oferece benefícios direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo. Outra potencialidade inerente é a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região e com qualidade diferenciada em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional. (FIALHO e SCHNEIDER (2000) *apud* ALMEIDA e RIEDL, 2000).

Outro aspecto importante que o turismo rural propicia é a adoção de benfeitorias para a recepção do turista, possibilitando melhorias nas condições de moradia da família e no seu bem-estar. As melhorias, decorrentes da organização das famílias rurais, e, muitas vezes das comunidades envolvidas direta e indiretamente geram uma melhor qualidade de vida.

O turismo rural, quando bem planejado, pode proporcionar às famílias envolvidas com esta atividade e a própria comunidade local, diversos benefícios, como os exemplos citados pelo Ministério de Turismo (BRASIL, 2011): a diversificação da economia regional, a melhoria das condições de vida das famílias rurais; a diminuição do êxodo rural; o reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza; a geração de novas oportunidades de trabalho; a integração do campo com a cidade; a agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção; a valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho e o resgate da auto-estima da família rural.

Todavia, não se pode tomar o turismo como uma atividade eminentemente positiva, pois o turismo não planejado pode a médio e longo prazo gerar mais conseqüências negativas do que positivas sobre a sociedade local (DIAS, 2003). Podendo ocasionar conflitos sociais, degradação da natureza, desorganização do setor empresarial, perda da demanda, prejudicando o ciclo de vida do destino. Esta problemática deve-se ao fato de que, quando não-controlado, o turismo torna-se uma atividade invasora que pode deteriorar os recursos culturais naturais de um destino (DREHER, 2003).

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFSM (e-ISSN: 2236-1170)

O intercâmbio que ocorre entre a família e os visitantes, que vêm das mais diversas localidades e países e fazem parte de variadas culturas e realidades, promove uma rica troca de experiências. Além disso, oportuniza também aos jovens uma ocupação capaz de assegurar um tempo maior ao lado da família e uma troca de experiências através do contato com diferentes pessoas, o que tem um reflexo direto e positivo em termos de redução do êxodo rural (SOUZA, 2004).

O turismo rural constitui uma forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. Constitui-se, portanto, em um instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local, que beneficia a população local direta e indiretamente. (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Porém se o turismo rural não for bem planejado pode acarretar impactos negativos como a degradação de recursos paisagísticos, poluição visual, deterioração da paisagem natural e construída, descaracterização cultural da população local, entre outros.

Através dos benefícios que o turismo rural pode proporcionar, devido principalmente a algumas características que são intrínsecas à atividade, como por exemplo, a preservação e conservação do meio ambiente, há no meio rural propriedades com potencialidades para formatação de trilhas ecológicas, onde as mesmas aliadas ao turismo rural podem favorecer a preservação ambiental, visto que atualmente a questão ambiental vem gerando debates e estudos.

A emergência da questão ambiental como problema do desenvolvimento e a interdisciplinaridade como método para um conhecimento integrado são respostas complementares à crise da racionalidade da modernidade (LEFF, 1999).

A problemática ambiental tem despertado a atenção de diversos segmentos da sociedade, promovendo estudos sobre questões como a preservação e a sustentabilidade. As trilhas ecológicas surgem dentro da Educação Ambiental como um recurso metodológico, ou seja, uma prática ambiental, que visa à transmissão de conhecimentos através da visão, olfato e sentimentos tornando-se uma experiência direta com a realidade de forma interdisciplinar, possibilitando a consciência ambiental dos cidadãos.

A consciência ambiental se manifesta como uma angústia de separação e uma necessidade de reintegração do homem na natureza (LEFF, 1999).

Educação Ambiental é uma proposta de filosofia de vida que resgata valores éticos, democráticos e humanistas. Seu objetivo é assegurar a maneira de viver mais coerente com os ideais de uma sociedade sustentável e democrática. Conduz a repensar velhas fórmulas e a propor ações concretas para transformar a casa, a rua, o bairro, a escola e a comunidade. Parte de um princípio de respeito à diversidade de classe, de etnia e de gênero. A educação deve ser o portal para o desenvolvimento sustentável e essa sustentabilidade é o novo paradigma do desenvolvimento econômico e social. (CAMARGO, 2002).

Considerando a trilha ecológica como práticas de educação ambiental no contexto do turismo rural, a mesma é definida como percursos demarcados em áreas naturais que propiciam a interpretação ambiental, o resgate histórico - cultural e os fenômenos locais. O ambiente por onde passa uma trilha deve apresentar um mínimo de alterações realizadas pelo homem. Aviários, criação de porcos ou áreas de plantio devem ser evitados. No caso de trilhas próximo de riachos, açudes ou rios é fundamental a certificação da qualidade da água, principalmente, se existe a possibilidade de banho ou travessia.

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)

As trilhas visam não somente a transmissão de conhecimentos, bem como propiciam atividades que revelam os significados e as características do ambiente por meio do uso dos elementos originais, por experiência direta e por meios ilustrativos, sendo assim instrumento básico de programas de educação ao ar livre (ARAÚJO e FARIAS, 2003)

Reconhecidamente, as trilhas ecológicas desempenham importante papel no processo de conservação da natureza, pois, ao facilitar o acesso de pessoas a locais naturais, comumente, a interação resultante desse contato direto, repercute em mudança de comportamento na relação homem-natureza (ARANCÍBIA & CAVALCANTE, 2005).

A preparação de uma trilha deve levar em consideração alguns fatores na hora da confecção das mesmas: segurança, conforto, redução do impacto ambiental e instalação de equipamentos necessários para cada tipo de trilha e público alvo.

Segundo Vasconcellos (1997), em áreas naturais, as trilhas desempenham importantes funções e, entre estas, destaca-se a de conectar os visitantes com o lugar, criando maior compreensão e apreciação dos recursos naturais e culturais; provocar mudanças de atitude, atraindo e envolvendo as pessoas nas tarefas de conservação; aumentar a satisfação dos usuários, criando uma impressão positiva sobre a área tornando-a planejada e menos impactante.

As trilhas podem ser classificadas quanto a sua função, forma e grau de dificuldade.

Quanto a função as trilhas são utilizadas em serviços administrativos (normalmente por guardas ou vigias), em atividades de patrulhamento (a pé ou a cavalo) ou pelo público visitante, em atividades educativas e/ou recreativas. Pode-se ainda ser divididas em curta, média e longa distância. Trilhas de curta e média distância apresentam caráter recreativo e educativo, com programação desenvolvida para interpretação do ambiente natural. Já as de longa distância valorizam a experiência do visitante que busca deslocar-se por espaços mais longos ou selvagem, praticando ou não de forma esportiva fazendo a travessia de uma região ou a subida de uma montanha.(RODRIGUES e TORVES, 2007)

Conforme o Manual do Curso de Conductor de Trilhas e Percursos Ecológicos (2007) as trilhas podem ter os seguintes formatos: trilha circular, trilha em oito, trilha linear e trilha em atalho.

A trilha circular oferece a possibilidade de se voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso no retorno. Pode-se também definir um sentido único de uso da trilha, o que permite que o visitante faça o percurso sem passar por outros visitantes no sentido contrário (Fig. 01).

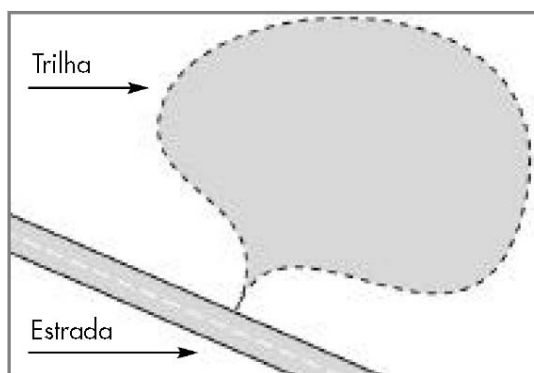


Fig 01: Trilha Circular

A trilha em oito são muito eficientes em áreas limitadas, pois aumentam a possibilidade de uso desses espaços (Fig.02).

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFSC (e-ISSN: 2236-1170)

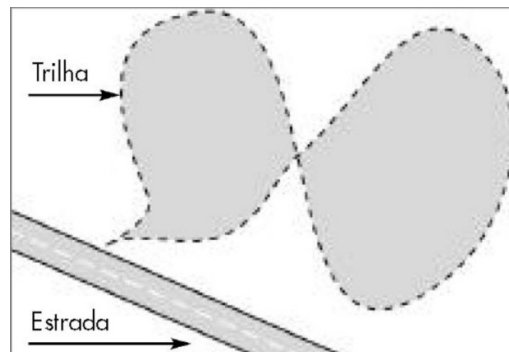


Fig. 02: Trilha em Oito

A trilha linear é o formato de trilha mais simples e comum. Geralmente seu objetivo é conectar o caminho principal a outro destino como lagos, clareiras, cavernas, picos etc. Apresenta as desvantagens do caminho de volta ser igual ao de ida e a possibilidade de passar por outros visitantes no sentido contrário (Fig.03)

FIG. 3 – Trilha linear

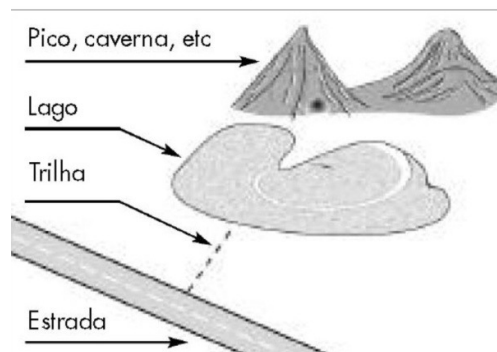


Fig. 03: Trilha Linear

Já a trilha em atalho tem início e fim em diferentes pontos de uma trilha ou caminho principal. Apesar do nome, o objetivo na trilha em atalho não é “cortar caminho”, mas sim mostrar uma área alternativa à trilha ou caminho principal (Fig. 04).

**Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)**

 FIG. 4 – Trilha em atalho

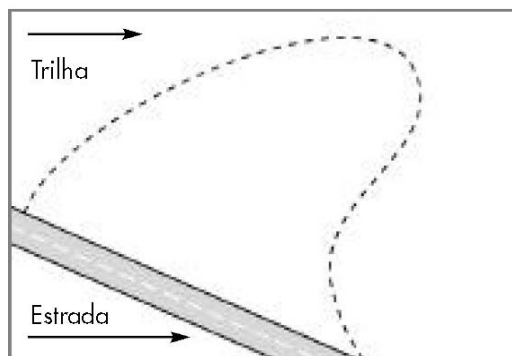


Fig. 04: Trilha em Atalho

Seguindo o Manual do Curso de Conductor de Trilhas, pode-se classificar as trilhas quanto ao grau de dificuldade, sendo esta classificação necessária para orientar o visitante quanto às exigências físicas e psicológicas que lhe serão requeridas. Essa classificação é elaborada a partir dos aspectos de intensidade da trilha e nível técnico dos visitantes ao longo do trajeto, podendo variar durante o percurso levando em consideração a extensão dos trechos, inclinação do terreno, qualidade da trilha e obstáculos. Há três níveis de dificuldade, ou seja, difícil¹, médio² e fácil³.

Há também a distinção entre a classificação de graus de dificuldade para as trilhas guiadas (com condutor) e auto guiadas (o praticante tem informações necessárias para realizar o percurso sozinho).

As trilhas representam uma interferência direta do homem na natureza. Provocam tanto impactos físicos, comportamentais, visuais, sonoros e olfativos. Os efeitos que uma trilha causa no ambiente, ocorrem principalmente na superfície da trilha propriamente dita, mas a área afetada pode ser de um metro a partir de cada lado e levando em consideração o deslocamento de animais silvestres a alteração toma um âmbito bem maior.(RODRIGUES e TORVES, 2007)

Quando necessário, as trilhas deverão sofrer melhorias a fim de oferecer maior segurança aos turistas e diminuir o impacto que serão provocados com a constante passagem de pessoas pelo trajeto. Escoramento, escoamento, contenção, escadas, corrimãos, pinguelas, pontes, passarelas, locais de descanso (bancos) ou lixeiras são alguns exemplos de melhorias que podem ser realizadas. Os materiais utilizados para estas melhorias devem ser os disponíveis na região. É importante que todos os materiais usados fiquem disfarçados no ambiente.

Percorrer uma trilha ecológica possibilita a leitura e interpretação da natureza fornecendo desta maneira uma prática ambiental comprometida com a educação ambiental visando a sustentabilidade. A produção sustentável emerge, assim, como novo objeto científico

¹ Difícil: trilhas com declividade acima de 20%, com mais de 10 obstáculos a cada 500m, com subidas em morros altos; trechos muito longos; requer alguma habilidade na caminhada e bom condicionamento físico.

² Médio: trilhas com declividade entre 12% e 20%, obstáculos que variam de 5 a 9 por cada 500m, com subidas em morros de porte médio, caminhadas curtas em mata nativa e não requer habilidades.

³ Fácil: trilhas com declividade inferior a 12%, com 4 obstáculos no máximo a cada 500m e com pouco esforço físico.

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)

interdisciplinar e a educação ambiental como um instrumento para a construção da racionalidade ambiental (LEFF, 1999).

Portanto as trilhas ecológicas podem ser consideradas como práticas de educação ambiental na medida em que se tornam uma estratégia de aprendizagem com dinâmicas participativas, oferecendo informações sobre o meio, recursos naturais, exploração racional, conservação e preservação ambiental instigando a consciência ambiental. E aliada ao turismo rural ocasiona a valorização e preservação ambiental, além de ser um atrativo turístico que gerará renda.

METODOLOGIA UTILIZADA NO ESTUDO

Neste trabalho a trilha pororó localizada no município de Pinhal Grande/RS, foi um estudo de caso que para Fachin (2003) é um método caracterizado por um estudo intensivo, que leva em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado.

A técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência. (LAKATOS, 2003). Foram utilizadas as técnicas de documentação indireta: pesquisa bibliográfica (fontes primárias) que Fachin (2003) denomina como um conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras e a pesquisa documental (fontes secundárias) que corresponde a toda informação de forma oral, escrita ou visualizada (FACHIN, 2003). Também utilizou-se a documentação direta através da pesquisa de campo que segundo Andrade (2004) abrange a observação direta intensiva e a observação direta extensiva. A primeira compreende as técnicas de observação propriamente ditas e as entrevistas. A segunda, as técnicas de pesquisa mais utilizadas nas pesquisas de campo.

A natureza da pesquisa é a qualitativa Minayo (1999), aponta que o termo seria o lugar da “intuição”, da “exploração” e do “subjetivismo”. A pesquisa qualitativa declara Perez (2005), é uma estratégia usada para responder perguntas sobre os grupos, comunidades e interações humanas e tem a finalidade de descrever os fenômenos de interesse ou de prever os fenômenos turísticos, ou ainda, de analisar comportamento humano e sua relação com o turismo.

Segundo Gil (1991), a coleta de dados no estudo de caso é feita mediante a utilização dos mais diversos procedimentos. Assim a pesquisa de campo é exploratório-descritiva utilizando entrevista semi-estruturada, recurso áudio visual, observação *in loco* e diário de campo. A pesquisa descritiva é definida por Rudio (2001), como “aquela em que o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la”.

Desta forma, a entrevista com os proprietários e a observação direta da trilha do pororó foi imprescindível para a realização deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trilha do pororó percorre três propriedades rurais, situada no interior no município de Pinhal Grande no estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Os proprietários são três irmãos. Um dos proprietários é o condutor local da trilha.

A trilha encontra-se formatada para receber visitantes apenas na primeira parte da trilha que fica no Sitio Somavilla.

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFSC (e-ISSN: 2236-1170)

Pinhal Grande foi criado pela lei municipal nº 9600 de 20 de março de 1992 e localiza-se na região do Planalto Médio na microrregião central do RS (Fig 05). O relevo é composto de gramíneas e mata nativa destacando-se o Pinheiro. O bioma é a mata atlântica e pampa.

A história registra que diversas tribos indígenas viveram nesta região, entre elas, os Tapes. Os jesuítas foram os primeiros homens brancos a chegar, pois vinham catequizar os índios e atuar na criação de gado utilizando a mão de obra indígena.

A economia de Pinhal Grande está baseada nas atividades primárias da agricultura e da pecuária, que se desenvolvem nas mais de 800 propriedades rurais do município. Os principais produtos cultivados são a soja, o milho, o feijão, o fumo, a aveia e a mandioca.

O município possui uma população de 4.581 habitantes (IBGE/2009) e uma área territorial de 477 Km². Hoje é composto por descendentes de italianos, portugueses e espanhóis. Encontra-se a 320 km de Porto Alegre, capital do RS.

Pinhal grande juntamente com oito municípios faz parte do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia - CONDESUS, onde vários projetos e ações nas diferentes áreas são tratados em conjunto, entre elas está o projeto de desenvolvimento do turismo da 4ª colônia. O passeio de barco no paga peão no lago da barragem de Itaúba, a trilha do pororó e a visita no museu municipal são atrativos do roteiros oferecido aos turistas em Pinhal Grande.



Fig. 05: Localização Pinhal Grande/RS
FONTE: IBGE – Cidades (2011)

**Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)**

A TRILHA DO PORORÓ: O ESTUDO DE CASO

A trilha do pororó (Fig.06) tem início na propriedade rural denominada Sítio Somavilla e se estende por mais duas propriedades da mesma família (irmãos do proprietário do Sítio Somavilla). O proprietário do sítio é o responsável pela trilha e condutor local da mesma, tendo apoio de sua família e irmãos.



Fig. 06: Trilha do Pororó
Crédito: SILVA, 2010.

A trilha é um dos principais atrativos turístico do município de Pinhal Grande, que integra um projeto de turismo rural na propriedade, a qual também oferece alimentação por adesão e comercialização de produtos coloniais e in natura para os visitantes.

O principal público alvo da trilha são crianças e jovens de escolas do município e região que percorrem a trilha mediante agendamento e pagamento de uma taxa de visitação. Grupos da terceira idade também aderem a trilha, já que a mesma é considerada de nível fácil, com pouco declive e dura em torno de 1 hora (apenas de ida), pois na volta os visitantes são trazidos ao sítio novamente de trator com reboque ou caminhonete. Para percorrer toda a trilha nas três propriedades, a duração é de 3 a 4 horas e neste caso torna-se nível médio a difícil, pois há mais declives e subidas em morros de porte médio, porém esta parte da trilha ainda não está formatada.

Em relação à função a trilha é considerada como atividade educativa, recreativa e interpretação ambiental. A capacidade de carga é em torno de 15 pessoas. Na primeira parte a trilha está formatada e consta com equipamentos de segurança instalado, como corda para apoio na travessia do córrego (Fig. 07). E como atrativos, encontramos: diversas espécies de árvores, flores, plantas, animais, mata nativa, córrego, tocas de animas como o tatu (Fig. 08) e ainda é possível visualizar espécies diversificadas de pássaros.

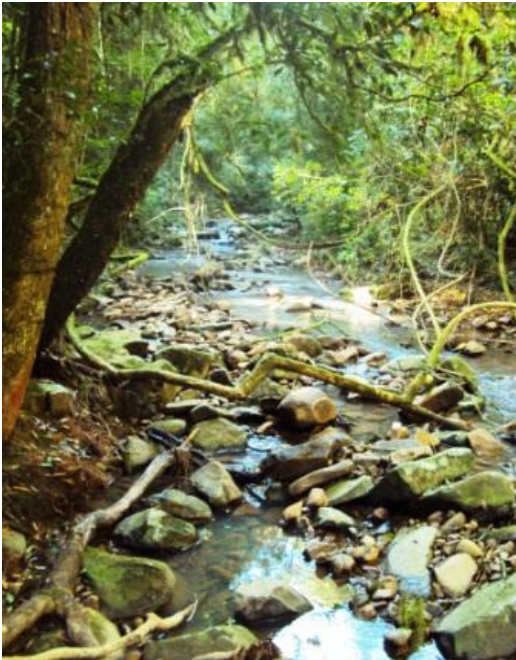


Fig. 07: Córrego na trilha
Crédito: SILVA, 2010.



Fig. 08: Toca de tatu
Crédito: SILVA, 2010.

Uma curiosidade, mas que já resultou em estudos científicos no sítio são sinais de vestígios de indígenas (Fig. 09). Em parceria com o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria/UFSC e a Prefeitura Municipal de Pinhal Grande, foi realizado em 2010 atividades de prospecção arqueológica e de escavação, onde buscou-se entender melhor através da disposição dos materiais arqueológicos escavados o modo de vida do grupo caçador-coletor que habitou a região no passado. Pode-se atrelar o sítio a cultura material encontrada a Tradição Arqueológica Umbu. Essa Tradição é caracterizada pela produção de pontas de projétil similares as encontradas no sítio. Estudiosos baseiam-se na geografia e na localização do lugar, para apontar que o sítio tenha sido formado pelo acampamento de grupos-caçadores que fugiram da densidade demográfica ocorrida nas margens do Rio Jacuí em determinado momento do passado. A realização do estudo no sítio deverá continuar, para ter um maior aprofundamento nas informações coletadas.

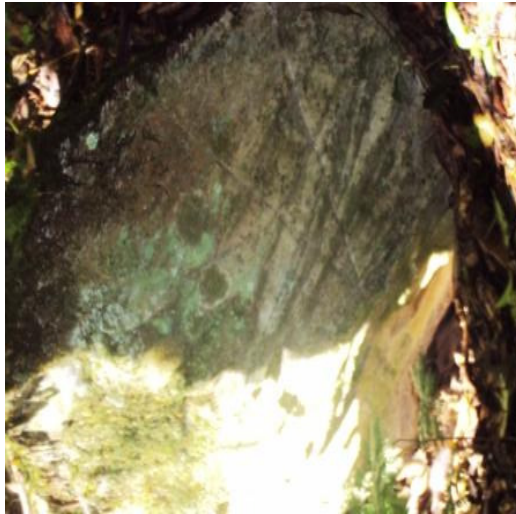


Fig. 09: Indícios de códigos indígenas
Crédito: SILVA, 2010.

A trilha do pororó conta com grande demanda de visitantes e desta forma, o proprietário responsável junto com seus irmãos optaram por se qualificarem na área de turismo, e desta forma em parceria com a prefeitura municipal de Pinhal Grande e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, realizaram o “Programa de Turismo Rural” do SENAR. O programa consta de nove módulos, sendo um específico de trilha, denominado: “Roteiros, Trilhas e Caminhadas Ecológicas”, que aborda temas, como: modalidades de turismo oferecidas no espaço rural, limites e possibilidades da atividade turística, meio ambiente, sustentabilidade, tipos de trilhas, capacidade carga, sinalização turística, técnicas de atendimento aos turistas, formas de manejo ambiental, entre outros.

O proprietário do Sítio Somavilla considera a trilha com um “tesouro”, faz o manejo ambiental e preocupa-se com a preservação da mesma.

Como o projeto de turismo rural além da trilha ecológica o proprietário oferece alimentação (almoço e/ou café) para os turistas mediante agendamento e por adesão. Também organiza um ponto de vendas com produtos locais, ou seja, de sua produção e também de vizinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da trilha para a finalidade turística gera a preservação e conservação ambiental da mesma. E o turismo rural vem contribuindo com a sustentabilidade ambiental, pois a trilha do Pororó encontra-se preservada ambientalmente, sendo valorizada pelos proprietários, moradores locais e os visitantes.

Através da trilha os proprietários podem agregar renda para a família, seja diretamente cobrando uma taxa de visitação a trilha ou indiretamente com as refeições servidas por adesão e a comercialização de produtos locais e regionais, e isso gera conseqüentemente uma melhor qualidade de vida da população local e entorno.

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)

Em relação às visitas de alunos da região é notável que a trilha como prática de educação ambiental pode ser considerada efetiva por ser mais atrativa aos alunos, contribuindo na compreensão dos problemas socioambientais e da sua superação.

A Educação Ambiental não pode ser vista somente pela relação de convívio entre o homem e o meio em que vive, pois vai além, devendo refletir sobre hábitos e costumes humanos, sendo fundamental na qualidade de vida, tanto no presente quanto no futuro, de forma que garanta a continuidade de forma sustentável.

Portanto as trilhas ecológicas proporcionam a vivência prática dos conhecimentos teóricos, com vistas a facilitar os processos de aprendizagem, dinamizando as práticas e estimulando estudantes, professores e participantes, rumo a uma forma personalizada de aprendizagem, proporcionando a contemplação e valorização dos atrativos naturais do local.

Tendo em vista a utilização da trilha para o turismo rural é prescindível que os proprietários realizem o manejo ambiental, focando a preservação ambiental ao encontro da sustentabilidade para que gerações futuras possam também desfrutar da mesma, como um patrimônio natural.

Em relação a atual crise ambiental, a preservação da trilha ecológica realizada pelos proprietários mostra uma consciência ecológica na coletividade, visto que toda a família e a própria comunidade inserem-se no processo ambientalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

ALMEIDA, J. C., FROELICH, J. M., RIEDL, M. (orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____, RIEDL, M. (orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ARANCÍBIA, S. D. & CAVALCANTE, A. DE M. B. **Conservação da biodiversidade e da paisagem através de trilhas com sinalização para o ecoturismo, na Reserva Ecológica de Sapiranga, Ceará**. Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC, Fortaleza: Anais, 2005.

ARAÚJO, D.; FARIAS, M.E. **Trabalhando a construção de um novo conhecimento através dos sentidos em trilhas ecológicas**. In: II Simpósio SulBrasileiro de Educação Ambiental, 2003. Anais. Itajaí: Unilivre, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Segmentação do Turismo**. Brasília, DF. 2011. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html> >. Acesso em: 30 maio de 2011.

CAMARGO, Ana L. de B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. Florianópolis, 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: I Congresso Brasileiro de Turismo Rural. **Anais**, Piracicaba (SP): FEALQ, 1999.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, MDA/SAF/DATER –2007.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.

DREHER, Marialva Tomio. **Planejamento do turismo em áreas não-urbanas: envolvendo a comunidade**. In: Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 4, 2003, Joinville, Anais. As políticas públicas e ações privadas no turismo rural. Joinville: IELUSC, 2004. p. 241 - 249.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas. UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas I).

_____. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. (Org.) ALMEIDA, J.A. et al. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

IBGE CIDADES. [<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel.php?codmun=431447#>]. Acesso em 02 de setembro de 2011.

LEFF, Enrique. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. In REIGOTA, Marcos (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (p.111-129).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREZ, A. S. (coord.). **Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE/RS. [<http://www.pinhhalgrande.rs.gov.br/site/>]. Acesso em 27 de agosto de 2011.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RODRIGUES, L. M.; TORVES, J. C. **Manual do Curso de Condutor de Trilhas e Percursos Ecológicos**. Escola de Agroturismo Sul. ASSOTUR- Associação de Turismo Estrada do Imigrante. 3 Léguas. Caxias do Sul, 2007.

RODRIGUES, A.B. **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: contexto, 2001.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **O turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J. A.; RFROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul**. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

**Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
REGET/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)**

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: Bases para o turismo rural sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SILVEIRA, M. A. T. **Política de turismo**: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2001

SOUZA, M. **Turismo rural**: para além da geração de emprego e renda. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 4., 2004, Joinville. Anais. Joinville: Bom Jesus/IELUSC, 2004.

VASCONCELLOS, J. **Trilhas interpretativas: aliando educação e recreação**. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP, 1997.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis, 1996.